

ERNANI JOSÉ PERA JUNIOR

**DA TENSÃO ENTRE A REFORMA
PREVIDENCIÁRIA E A CLÁUSULA DE
VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL: DA
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
ENQUANTO VALOR DE EQUALIZAÇÃO**

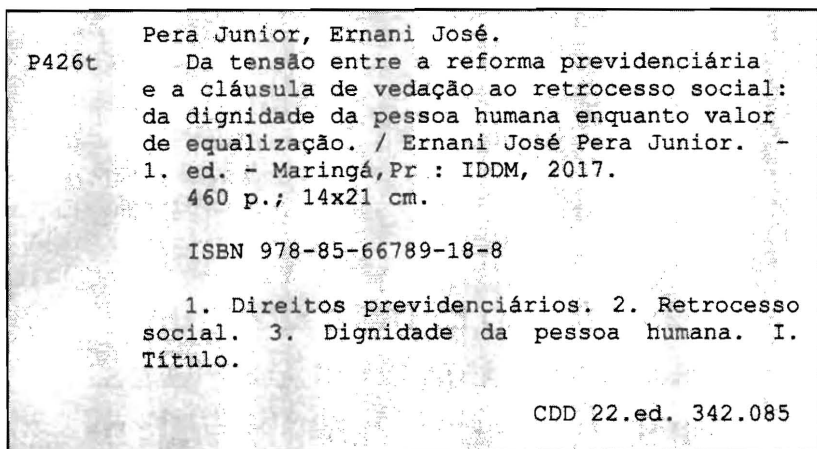
PRIMEIRA EDIÇÃO

UDM
EDITORA

Maringá – PR

2017

Dado Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)



Rosimarizy Linaris Montanhano Astolphi – Bibliotecária
 CRB/9-1610

Todos os Direitos Reservados à

IDDM
 EDITORA

Rua Joubert de Carvalho, 623 – Sala 804
 CEP 87013-200 – Maringá – PR
 Telefone: (44) 3046-6047

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM PERSPECTIVA HISTÓRICO-EVOLUTIVA.....	22
1.1 DO DESENVOLVIMENTO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	23
1.2 DO CONTEÚDO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	37
1.3 DA ANÁLISE HISTÓRICO-EVOLUTIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	51
1.4 DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS.....	71
2 DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL.....	102
2.1 DA ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA PROTEÇÃO CONTRA OS RISCOS SOCIAIS.....	103
2.2 DA EVOLUÇÃO DA PROTEÇÃO CONTRA OS RISCOS SOCIAIS NO BRASIL.....	126
2.3 DA SEGURIDADE SOCIAL ENQUANTO DIREITO FUNDAMENTAL.....	157
2.4 DA COMUNICABILIDADE ENTRE AS CATEGORIAS DOS DIREITOS INERENTES AO SER HUMANO E DA APLICAÇÃO DOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS ENQUANTO GARANTIAS DE OUTROS DIREITOS.....	177
3 DA CLÁUSULA DE VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL.....	189
3.1 DAS PREMISSAS FILOSÓFICAS.....	191

3.2 DA EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL: NA ALEMANHA E EM PORTUGAL.....	203
3.3 DA ADMISSÃO DA CLÁUSULA DE VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL NO DIREITO PÁTRIO.....	220
3.3.1 Da distinção entre a cláusula de vedação ao retrocesso social, o direito adquirido e as cláusulas pétreas.....	221
3.3.2 Dos fundamentos aplicáveis para o acolhimento da cláusula de vedação ao retrocesso social no Brasil.....	228
3.4 DA CONFORMAÇÃO DA CLÁUSULA DE VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL.....	270
3.4.1 Das perspectivas, do conteúdo e da natureza jurídica.....	254
3.4.2 Do critério de avaliação da regressividade.....	267
4 DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA E DA CLÁUSULA DE VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL: UMA TENTATIVA DE EQUALIZAÇÃO.....	274
4.1 DO ESTADO SOCIAL EM CRISE.....	275
4.2 DA DUPLA FACE DA CRISE: DAS REFORMAS PREVIDENCIÁRIAS E DOS NOVOS RISCOS SOCIAIS.....	299
4.2.1 Da reformulação dos regimes de previdência na Comunidade Europeia e na América Latina.....	300

4.2.2 Dos Novos Riscos Sociais.....	315
4.3 DA (DES)NECESSIDADE DE REFORMAS PREVIDENCIÁRIAS NO BRASIL.....	328
4.3.1 Do não cumprimento das obrigações assumidas pelo Estado brasileiro e das reformas previdenciárias realizadas.....	329
4.3.2 Dos argumentos reformistas: do déficit da seguridade social e da mudança demográfica.....	344
4.4 DA INCIDÊNCIA DA CLÁUSULA DE VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL DIANTE DAS REFORMAS PREVIDENCIÁRIAS.....	359
4.4.1 Da liberdade de conformação do legislador.....	360
4.4.2 Da preservação do núcleo essencial dos direitos previdenciários.....	368
4.4.3 Da ponderação em caso de colisão de princípios relacionados à cláusula de vedação ao retrocesso social em matéria previdenciária.....	376
4.4.4 Da análise da Medida Provisória n. 664/2014.....	385
CONCLUSÃO.....	411
REFERÊNCIAS.....	430